



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

A MEMÓRIA FEMININA EM JUIZ DE FORA E O ECO DE LIBERDADE DE ROSA CABINDA

Mariana Dominato Abrahão Cury (Universidade Federal de Juiz de Fora e U) -

mariana.cury@arquitetura.ufjf.br

Formada em Arquitetura e Urbanismo pela UFJF; mestre em Urbanismo pelo Prourb-UFRJ; doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela UFV; professora assistente na FAU-UFJF.

Leonardo Civale (Universidade Federal de Viçosa) - civale@ufv.br

Formado em Geografia pela UFRJ e em História pela UFV; mestre em Filosofia pela COPPE-UFRJ; doutor em História do Pensamento Geográfico pela UFJF; professor associado III no Dep. de Geografia da UFV, e professor nos programas de mestrado em Geografia e de

A memória feminina em Juiz de Fora e o eco de liberdade de Rosa Cabinda

INTRODUÇÃO

Acontecimentos recentes têm chamado a atenção para processos de reparação histórica. As narrativas que foram construídas privilegiam versões de grupos sociais detentores de grande poder. Esse poder pode ser lido de diferentes formas. Crenshaw (2002), ao trazer o conceito de interseccionalidade, reconheceu a existência de diferentes *eixos de poder* que se articulam e se sobrepõem, fortalecendo grupos ao mesmo tempo em que consolida sistemas excludentes. A interseccionalidade pode ser definida como:

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (id).

Neste sentido, seria possível afirmar que o cruzamento destes diferentes eixos de poder, “*criando interseções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam*” (id.), contribuiu com a construção de uma narrativa hegemônica que se revela não apenas nos livros de História, mas também nas cidades. São diversas as estruturas urbanas que materializam no espaço público nossas memórias: nomes de ruas, de parques e de praças; estátuas, bustos e obras de arte em geral; processos de salvaguarda de bens patrimoniais, em especial o tombamento; e outros tantos instrumentos. Através desses artifícios da memória que se concretizam nas cidades, narrativas são elaboradas. Porém, ao se estabelecer uma narrativa dominante, que é certamente engendrada a partir de relações de poder, percebe-se o predomínio de versões históricas que enaltecem certas figuras e certos pontos de vista, em detrimento de outras perspectivas, criando uma cidade de pensamento único (ARANTES et al, 2013). É importante notar que a engrenagem que se estabelece na produção das cidades tem raízes culturais as quais se edificaram sobre as bases e os alicerces do sistema capitalista. A divisão social do trabalho nas cidades capitalistas privilegiou o trabalho produtivo, que se realiza no espaço público promovendo a circulação da mercadoria, especialmente após a Revolução Industrial, e negligenciou o trabalho reprodutivo (FERNÁNDEZ, 2005), em geral não-remunerado, e criou uma perspectiva engessada de que os trabalhos de cuidado, além de serem menosprezados, estavam designados às mulheres e restritos ao ambiente privado e doméstico. No entanto, a natureza do trabalho reprodutivo se realiza na esfera cotidiana, e faz dele tanto essencial quanto complexo do ponto de vista espacial. O trabalho cotidiano acontece em todos os ambientes da cidade, e provoca um emaranhado de fluxos e deslocamentos que as estruturas urbanas pensadas pelos urbanistas modernistas, e articuladas com uma visão capitalista, machista e patriarcal da cidade, não dão conta de resolver.

A cidade capitalista determinou assim quem, e o que, estaria circulando no espaço público. E, ao eleger aquilo que seria visível na cidade, determinou também aquilo que não seria. Interferindo, portanto, na seleção das memórias que deveriam ser preservadas. Essas escolhas resultam “*de uma luta de visões, interesses e classes. O patrimônio constitui o testemunho físico dessa construção da memória coletiva. E uma amostra dessa tensão, evolução e escolha está na história das próprias diretrizes das cidades*” (MONTANER, MUXÍ, 2021). O patrimônio, bem como toda e qualquer estrutura narrativa, pode tornar-se narcísico e ilusório ao eliminar diferenças e fraturas (CHOAY, 2006), universalizando a história, de modo que romper com o comportamento narcisista torna-se imprescindível para uma memória afetiva, representativa e plural.

O momento no qual estamos têm sido, no entanto, de grande questionamento a respeito dessas narrativas hegemônicas. Hartog (2013) explica que, diante de um futuro distópico, o presente se alarga permitindo que lancemos nosso olhar para o passado, revisitando-o. Pois está na reconstrução do passado, a qual se faz possível no presente, a oportunidade de prepararmos melhor o futuro. O autor define esse fenômeno como um regime de historicidade presentista. E a memória se faz importante instrumento do presentismo.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (...) A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivo no eterno presente. (NORA, 1993)

Seria em virtude desse regime presentista que o passado vem ganhando um importante destaque, levando-nos a um intenso desejo de preservação e também de reflexão histórica, a partir da memória. Se antes, a modernidade apresentava um futuro próspero, permitindo grandes processos de demolição urbana - como o emblemático caso da Paris de Haussmann - e enaltecendo a crença na tábula-rasa como caminho para se alcançar a ordem nas cidades caóticas que se consolidaram após a Revolução Industrial, hoje as previsões incertas sobre o futuro diante das mudanças climáticas, da possibilidade de novas pandemias e de outros tantos problemas ambientais, têm garantido ao passado a imagem de um tempo de tranquilidade. E é neste presente alargado, com o olhar atento ao passado, que a história tem sido revisitada, questionada e, por vezes, até atacada. E a memória tem sido o instrumento para tais ações.

O incêndio à estátua de Borba Gato é emblemático. Conforme noticiaram os diversos meios de comunicação, o fato ocorreu no dia 24 de julho de 2021, quando um grupo de pessoas mascaradas, utilizando-se de pneus e líquido inflamável, atearam fogo na estátua do bandeirante Manuel de Borba Gato (1649-1718). A obra, que fica no bairro de Santo Amaro, zona sul de São Paulo, vem recebendo críticas desde 2016, quando foi pichada. Se a construção da estátua, erguida em 1963, simbolizava seu reconhecimento como um herói nacional, o incêndio ocorrido este ano apontou para uma importante reflexão, colocando em evidência o papel de Borba Gato para o avanço da colonização escravizando indígenas e negros (MERCIER, 2021).

Meses depois do ocorrido com a estátua de Borba Gato, a estátua de Pedro Álvares Cabral, no Rio de Janeiro, também foi queimada, como ato de protesto (COUTO, DURAN, 2021). E outros acontecimentos semelhantes têm percorrido o mundo todo, como a derrubada da estátua de Edward Colston, traficante de escravos, em Bristol, na Inglaterra, e os ataques à estátua do rei Leopoldo II, na Bélgica, lembrado sobretudo por ter colonizado o Congo Belga (BRITO, 2020). Sem o objetivo de debater aqui sobre uma posição favorável (no sentido da reparação histórica que se faz necessária) ou contrária (no sentido do vandalismo ao patrimônio público) a estes atos, é importante reconhecer que essas ações levantam uma necessária reflexão, neste regime histórico presentista, sobre as narrativas históricas que estão postas nas cidades, permitindo que lancemos o olhar para o passado a partir de uma nova perspectiva que se constrói na memória e, portanto, no presente. Afinal, o tratamento heróico dado às figuras aqui citadas, homenageadas nas estátuas, invisibiliza outras narrativas e reforça o fato de que a história (re)conhecida é aquela contada pelos detentores de poder, enquanto as narrativas ocultadas pertencem à memória de grupos minoritários, socialmente vulneráveis, e que não se enquadram na ordem simbólica dominante, e por isso ficam à margem da história.

Em um artigo intitulado “Vias sujas de sangue” (2021), Maíra Rosin chama atenção para a importância desses movimentos que têm questionado as homenagens que se materializam nos espaços urbanos, seja nas obras de arte e estátuas, seja nos nomes dados aos locais públicos, porém ressalta que, nesses movimentos *“dificilmente são questionadas as ruas que levam nomes de políticos, militares, escritores e tantos outros que mataram filhas, esposas, amantes e outras mulheres que faziam parte de seus círculos — os feminicidas”* (id.).

A ordem simbólica dominante é patriarcal, e neste jogo de forças interseccionais, a relação binária homem-mulher, mesmo que precise ser problematizada e aprofundada de forma plural e transversal, ainda se apresenta como um forte duelo de poder provocando o apagamento, na cidade, da mulher e dos corpos femininos a partir de duas lógicas: *“poucas mulheres emprestaram seu nome a ruas pelas quais circulamos, mas seus assassinos tomaram esse espaço de reverência — e nós não percebemos que são ruas manchadas de sangue”* (ROSÍN, 2021). Ou seja, além da baixa representatividade nas homenagens prestadas em espaços públicos das cidades, é possível que nós, mulheres, tenhamos que caminhar por ruas que levam nomes de criminosos que praticaram violência contra corpos femininos.

A CIDADE E A MULHER

Agrest (1988 in NESBIT, 2008) escreve que *“a sociedade estabelece um determinado tipo de ordem simbólica na qual nem todos têm a mesma chance de se enquadrar”*. Na arquitetura e no urbanismo, os modelos utilizados como métrica para se pensar os edifícios e as cidades tiveram duas importantes referências: o homem vitruviano e o modutor de Le Corbusier. Ambos os modelos baseiam-se em medidas antropométricas de homens europeus, em idade adulta, saudáveis e sem nenhum tipo de deficiência. Essas referências tornaram-se a

principal métrica usada no campo da arquitetura, transferidas também ao campo do urbanismo, e criaram propostas de dimensionamento espacial que embasaram toda a lógica arquitetônica. Com o movimento modernista, que teve Le Corbusier como figura icônica, a exaltação de um padrão universal, enaltecido sob o discurso da neutralidade, contribuiu para a exclusão de todos aqueles corpos que não se enquadravam na ordem simbólica que estava colocada. O antropomorfismo, masculino principalmente, fixou as bases do sistema de arquitetura, desde Vitruvius (id.).

Esse sistema se define tanto pelo que inclui como pelo que exclui. (...) Entretanto, o que é excluído, o que fica de fora, não é propriamente excluído, mas reprimido. A repressão nem exclui nem repele uma força exterior, pois contém dentro dela uma representação interior, um espaço de repressão. O reprimido, a representação interior no sistema de arquitetura que determina um exterior (de repressão), é a mulher e o corpo da mulher” (id., 1988, 585).

Tendo um corpo masculino como referência para a métrica proposta, o corpo feminino colocou-se como o primeiro, e mais óbvio, contraponto a essa lógica.

Sennet (2010), ao entender a história das cidades a partir das relações entre corpo e espaço, escreve sobre como essa separação entre gêneros, o masculino e o feminino, contribuiu, inclusive, para um processo de homogeneização e de apatia social. Instaurou-se o corpo masculino como referência de ideal diante dos preconceitos que, à época da Revolução Francesa, colocavam as mulheres como figuras irracionais. E se as revoluções exigiam corpos em movimento, a universalização dos corpos, a partir de um padrão masculino, promovia a apatia generalizada.

Esta relação binária homem-mulher, no entanto, vem sendo problematizada ao reconhecerem que este padrão carrega não apenas uma referência de gênero culturalmente construída, mas também de raça e de etnia, de sexualidade, de renda, de idade e de saúde. Ou seja, ao falarmos de um corpo masculino enquanto referência e padrão, não estaríamos falando de qualquer corpo, mas de um corpo masculino, cisgênero, heterossexual, branco, em idade adulta, saudável. É também nesta perspectiva interseccional, e no modo como as noções de gênero se construíram culturalmente, que a figura de *Marianne* se torna emblemática no contexto da Revolução Francesa, quando o cidadão ideal era representado por um padrão de corpo masculino. *Marianne* também não era qualquer mulher. Suas representações estavam associadas ao cuidado maternal, cumprindo o papel que as sociedades patriarcais, ainda hoje, imputam à mulher. E assim, com seu semblante angelical, *Marianne* se tornava a mãe de todos os cidadãos, e “*aliviava os sofrimentos causados pela Revolução. Por ser muda, seu desvelo consistia em um amor submisso e incondicional*” (SENNET, 2010, p. 295). A imagem de *Marianne* circulava em diversos meios, de estátuas em locais públicos até jornais e moedas. Não era também qualquer imagem.

A Revolução modelou o rosto de *Marianne* como o de uma jovem deusa grega, dotada de nariz reto, testa alta e queixo bem-formado; seu corpo tendia mais às formas arredondadas de uma jovem mãe (...).

Na pintura de Clemente, o colo farto de Marianne representava seu cuidado com todos os franceses (...). A veneração de uma figura maternal lembra o culto e a adoração da Virgem Maria (id., p. 292)

Seria possível afirmarmos que aceita-se publicamente a imagem da mulher que, a partir de diversos marcadores, coaduna com a engrenagem do sistema e reforça os eixos de poder? Quais seriam as figuras femininas presentes nos espaços públicos das cidades, homenageadas nas estátuas e nos nomes das ruas? E de que forma essas homenagens são prestadas, e a partir de quais lentes?

São essas as questões, as quais nos convidam a reflexões importantes sobre a nossa memória social e coletiva, que pretende-se que sejam respondidas a partir de alguns estudos sobre a cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais. Pois *“precisamos refletir sobre — e contestar — os nomes dos espaços em que pisamos (...) para que cada vez mais mulheres possam receber o destaque que lhes cabe”* (ROSIN, 2021).

Em uma breve pesquisa documental sobre os nomes das ruas da cidade mineira, foi possível perceber que mesmo aquelas mulheres que são homenageadas dando nome à diversos logradouros, têm trajetórias pouco evidenciadas, quando não são invisibilizadas pelos feitos dos homens com quem se relacionaram. Fora este apagamento biográfico, é notório também que as ruas com nomes femininos tendem a ser vias menos relevantes na malha urbana de Juiz de Fora e, certamente, aparecem em menor número.

A partir de um recorte territorial, de relevância histórica e simbólica na cidade, listou-se todos os nomes de logradouros e espaços públicos inseridos no território escolhido, destacando aqueles que recebiam nomes de mulheres. Após isso, utilizando-se de uma referência bibliográfica que trata de expor breves relatos sobre os nomes das ruas da cidade mineira, avaliou-se a biografia considerada no livro, comparando também com as descrições que constam nas placas de rua e com biografias mais completas dessas mulheres, a fim de entender o que foi destacado e o que foi ocultado nesse processo.

REPRESENTATIVIDADE FEMININA EM JUIZ DE FORA

Segundo o último censo realizado, há em Juiz de Fora 272.223 mulheres e 244.024 homens (IBGE, 2010). Apesar de ser a mulher a maioria em termos populacionais, a representatividade feminina, nas mais variadas esferas da vida humana, é totalmente desproporcional no município. Porém, não se trata apenas de uma questão quantitativa, pois mesmo aquelas que recebem a homenagem tendem a ter suas trajetórias tratadas com negligência e ofuscamento. Objetivou-se aqui analisar qualitativamente essa representatividade a partir da memória que se materializa na cidade, ao serem destinados aos espaços urbanos públicos nomes de pessoas importantes para a sociedade juiz-forana.

As ponderações aqui levantadas reforçam o convite para que os olhares sobre a memória que se materializa na cidade, e as narrativas que tais memórias contam, sejam ampliados em reflexões e discussões que possam incorporar as

perspectivas de hoje sobre gênero e visibilidade social. Os movimentos feministas têm contribuído para que, aos poucos, o papel social da mulher seja libertado das amarras do patriarcalismo. E, ao pesquisarmos brevemente a respeito da toponímia urbana de Juiz de Fora, percebemos que o viés patriarcal que definiu, e ainda define, o papel social da mulher se concretiza tanto qualitativamente, na escolha de vias periféricas e na própria apresentação biográfica dessas mulheres, como quantitativamente. O número de espaços públicos que recebe o nome de homens é desproporcional ao número ínfimo de mulheres homenageadas nas áreas urbanas. É importante reforçar que isso ocorre a partir de um processo de ocultamento e de negligência diante das trajetórias e das contribuições daqueles corpos que não se inserem no grupo social dominante, e não por serem sujeitos passivos e culturalmente improdutivos. À respeito das mulheres, Montaner e Zaída escrevem:

Mesmo que se desconheça, ou se negue, as mulheres estiveram e estão presentes no espaço público. (...) Como ser ativo na produção econômica de muitas sociedades, da mesma forma que em revoluções políticas e civis modernas, a presença das mulheres foi imprescindível para a promoção de importantes mudanças, nas quais não se reconhece sua participação. (...) Em suma, as mulheres estiveram presentes de uma forma ativa em todos os momentos historicamente decisivos da cultura ocidental, mas foram ocultadas. O problema ainda persiste na atualidade (2014, p. 198).

A área central de Juiz de Fora é, como para a grande maioria dos sítios urbanos, a origem da cidade. Portanto, sua importância histórica é inegável. Em virtude disso, concentra-se na região central a grande maioria de bens tombados. É evidente que há hoje um debate mais amplo sobre as questões relacionadas ao patrimônio cultural, pautadas em uma importante virada discursiva que, a partir da Constituição Federal de 1988, tem tratado de ampliar o entendimento de bem patrimonial, incluindo aqueles de ordem imaterial e absorvendo de forma plural as diversas possibilidades de expressões e de referências culturais que se constroem cotidianamente nas cidades (ABREU, CHAGAS, 2009). No entanto, é uma discussão ainda em processo de construção e de amadurecimento no campo da preservação patrimonial, especialmente no Brasil.

Por sua relevância histórica, e também simbólica, escolheu-se o centro da cidade de Juiz de Fora como objeto de estudo, entendendo que as ruas mais antigas da cidade encontram-se nessa região, e que passam por ali também vias importantes, as quais distribuem o fluxo urbano para as demais localidades e bairros. É importante ressaltar que a cidade apresenta um bairro central bastante ativo, vivo e preservado. O comércio local é diverso, há importantes equipamentos culturais (como o Cine-Theatro Central), de lazer (como o Parque Halfeld), de saúde (como o PamMarechal) e de educação (como a Escola Normal). E também conta com uma forte presença de edifícios residenciais. Todas essas condições tornam o bairro centro um objeto interessante, já que é referência para toda a população.

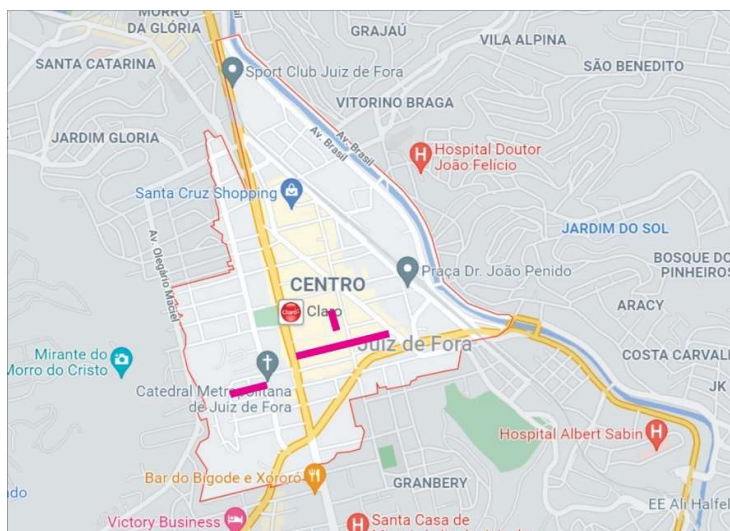
O desenvolvimento urbano de Juiz de Fora ficou marcado em seu traçado viário, definindo um desenho triangular que conecta três importantes vias: a Av. Barão do Rio Branco, a Av. Presidente Itamar Franco (antiga Av.

Independência) e a Av. Presidente Getúlio Vargas, as quais são também bastante relevantes em termos de mobilidade urbana, distribuindo praticamente todas as linhas de ônibus coletivo que circulam no centro, e conectando este bairro às demais regiões. Outras vias relevantes são a Rua Halfeld, o primeiro calçadão da cidade, e a Rua Marechal Deodoro. É também uma marca particular do centro juizforano a presença das galerias, canais que cortam os quarteirões e que permitem uma circulação fluida de pedestres.

No recorte territorial escolhido - o bairro centro - foram levantados 110 espaços públicos, incluindo avenidas, ruas, viadutos, pontes, parques, praças e galerias. Desses 110 objetos, apenas 03 homenageiam mulheres, sendo 02 ruas e 01 galeria.

A rua Carlota Malta é uma rua de fluxo baixo, servindo basicamente como braço de retorno, e está localizada nos fundos da Catedral. A rua Santa Rita é uma rua comercial importante, e está localizada no interior do triângulo central, assim como a Galeria Constança Valadares que faz a passagem entre as ruas Halfeld e São João Nepomuceno.

Figura 01: a imagem acima mostra a delimitação do bairro centro, em que é possível identificar claramente o desenho triangular formado pela malha viária. Em destaque, na cor rosa, estão as três, e única, vias públicas que homenageiam mulheres no bairro centro, em Juiz de Fora.



Fonte: imagem extraída da plataforma GoogleMaps em 20 de novembro de 2021, e editada pela autora.

Sobre essas mulheres homenageadas, o livro *“Ruas da cidade”*, organizado pela Funalfa (2004), órgão vinculado à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora responsável pelas ações culturais e patrimoniais do município, traz as seguintes informações biográficas:

1. Carlota Malta (rua): Carlota de Freitas Malta. Educadora. Faleceu no Rio de Janeiro (id. p. 56).

2. Constança Valadares (galeria): Filha do Coronel Manoel de Vidal Barbosa Lage, um dos pioneiros de Juiz de Fora. Viúva do Doutor Francisco de Campos Valadares, Deputado Federal e Chefe de Polícia do Rio de Janeiro (id. p. 63).

3. Santa Rita (rua): Santa católica. Seu dia é comemorado em 22 de maio. Nasceu na Itália em 1381. Suportou durante 18 anos um marido brutal que lhe era infiel e a maltratava, até que conseguiu convertê-lo. Quando este foi assassinado e seus dois filhos juraram vingar-se dos matadores, pediu a Deus que tirasse a vida dos filhos antes que eles cometessem o feio pecado da vingança, no que foi atendida. Ingressou, depois de viúva, num convento agostiniano e ali recebeu na frente, como privilégio, um dos espinhos da coroa de Nossa Senhor. Sua vida é repleta de milagres e de episódios maravilhosos. Faleceu no Mosteiro de Cássia em 1457. Foi canonizada em 1900. É a padroeira das mulheres que sofrem com os maridos e é, também, chamada “advogada das causas perdidas” e “dos impossíveis”(id. p. 243).

É interessante observar as três referências que temos no bairro centro. Carlota possui uma biografia resumida em uma única linha. Outras buscas realizadas a respeito de Carlota não permitiram encontrar qualquer outra informação sobre sua história de vida.

Constança é apresentada como filha de um coronel e viúva de um deputado e chefe de polícia. Inclusive, na placa de identificação da galeria, que contém breve descrição, consta: filha de Barbosa Lage. Mas qual seria sua verdadeira trajetória? De que forma essa mulher contribuiu com a nossa sociedade? Uma síntese diferente da que está colocada, que desse voz à Constança ao invés de reverenciar o pai e o marido, mudaria a narrativa significativamente, fazendo valer de fato a memória feminina. Neste caso, perpetua-se, através de um nome de mulher, a memória do patriarcado. E o fato é que Constança foi uma figura atuante, relevante no cenário cultural juiz-forano, sobretudo. Nasceu na cidade em 1882, fez parte do *Conselho de Amigos do Mariano*, desde a sua criação, contribuindo com ações junto ao Museu Mariano Mariano Procópio, e também criou com o marido a Cia. Central de Diversão, que originou o então Cine Theatro Central de Juiz de Fora, uma ação de grande ousadia para a época. Constança tinha muito apreço pela arte em geral, tocava piano e pintava. Suas ações contribuíram de forma significativa para a construção da identidade cultural de Juiz de Fora (DIVERSÃO..., 2016).

Constança foi uma mulher de Juiz de Fora, e sua atuação faz valer a homenagem. Em termos interseccionais, vale destacar que Constança pertencia a uma família importante, herdou diversas terras na área central, e por ser muito bem relacionada, participava frequentemente de importantes eventos sociais na cidade (id.). Apesar da condição privilegiada, como mulher, foi certamente uma figura que desafiava a lógica patriarcal naquela época. Infelizmente, em sua memória materializada em uma galeria no centro da cidade, e em sua breve biografia que consta no livro *Ruas da Cidade* (2004), optou-se por reconhecê-la como filha e viúva, como se sua vida fosse relegada a um papel coadjuvante, quando, na realidade, foi atuante politicamente e culturalmente, e esteve sempre à frente de seu tempo.

Já Rita de Cássia, por ter se tornado santa católica, tem sua história mais conhecida. No livro *Ruas da Cidade*, a biografia resumida apresenta fatos importantes, inclusive destaca ter sido vítima de violência doméstica. No entanto, esses fatos aparecem mais para justificar ser Santa Rita a “*padroeira das mulheres que sofrem com os maridos*” e “*dos impossíveis*” (FUNALFA, 2004), já que, após 18 anos convivendo com um marido violento, ela o converteu. Esses destaques biográficos, que constam no livro de referência sobre as ruas de Juiz de Fora, deixam escapar nas entrelinhas algo que é conhecido sobre a trajetória de Rita de Cássia: a mulher, que foi canonizada em 1900, era vista como uma mulher ‘exemplar’ (LIMA, 2006).

As características de obediência, abnegação, submissão e resignação encontradas nas narrativas escritas sobre Santa Rita de Cássia chamaram nossa atenção (...) [e] propunham a vivência de Santa Rita de Cássia como um modelo exemplar em todas as etapas de sua vida (id., p. 16).

O aprofundamento acerca da vida de Rita revela que suas narrativas foram construídas em um determinado tempo e espaço, assumindo um discurso escrito por homens da Igreja Católica e dirigido às mulheres. De modo que, inegavelmente, a história conhecida deve ser compreendida a partir de uma perspectiva de gênero (id., p. 17). Por vezes, a atitude passiva de Rita, uma mulher que fez milagres e tornou-se santa, diante das agressões do marido, é lida como digna, forte e resiliente (id., p. 132).

O que se observa com essas três referências estudadas, e que são as representações femininas que marcam a toponímia do centro da cidade, é que ainda que sejam reconhecidas e homenageadas, suas trajetórias são apagadas ora pela negligência (quem se ocupou de contar a história de Carlota, figura que certamente teve relevância ao ponto de ser eternizada em uma rua da cidade?), ora pelo ofuscamento de figuras masculinas (quando se é lembrada por ser esposa, filha ou neta), ora pela seletividade e pela validação de uma mensagem patriarcal que é desejada socialmente quando aqueles que se ocupam de narrar a história de uma mulher são homens. E no caso de Rita de Cássia, homens católicos. Mais uma vez a interseccionalidade opera, acentuando a dinâmica de poder.

A respeito das funções urbanas das vias apresentadas e de suas localizações, considerando o perímetro do bairro centro, observa-se que a Rua Carlota Malta possui situação periférica e função viária restrita e local. A Rua Santa Rita tem um papel articulador para o trânsito do triângulo central e a galeria Constança Valadares é muito conhecida da população juízforana e, assim como a maior parte das galerias, contribui para a fluidez da circulação de pedestres na parte mais comercial do centro. Porém, as principais vias - as avenidas arteriais, que extrapolam o perímetro do bairro centro e possuem relevância na malha viária da cidade, sempre prestam homenagens a figuras masculinas. Em toda a cidade, foram identificadas apenas 03 avenidas que homenageiam mulheres: Av. Darcy Vargas, no bairro Ipiranga; Av. Francisca Romana, no bairro Terras Altas; e Av. Santa Luzia, no bairro Santa Luzia.

Ou seja, se ampliarmos o nosso olhar para além do centro da cidade, ou para outras estruturas narrativas, é possível que os problemas se repitam pois as cidades são produtos sociais e artefatos culturais que, em seus arranjos e em suas materialidades e imaterialidades, traduzem o modo como as sociedades se organizam ou se organizaram em seus diferentes tempos. Mesmo com um grande esforço de movimentos feministas, prevalece ainda um desequilíbrio que favorece a figura masculina nas mais variadas esferas da vida. E nas cidades, isso é percebido também de diversas formas, incluindo nas homenagens prestadas em lugares públicos.

Passear com atenção pelas ruas da cidade de Juiz de Fora é o suficiente para notar que as principais vias de praticamente todos os bairros enaltecem figuras masculinas. Muitas dessas vias foram inclusive aqui citadas. Torna-se também um trabalho árduo encontrar ruas que levam nomes de mulheres. Basta derivar para perceber a concretude desse desequilíbrio. E, considerando outros sistemas discursivos, é simples acessar a lista de monumentos tombados pela Funalfa (2021) e observar que, dos 31 objetos listados, há apenas duas mulheres homenageadas: Anita Garibaldi e Princesa Isabel.

É possível tecer uma série de considerações sobre essas definições, e problematizar tanto quantitativamente como qualitativamente a representatividade feminina nas narrativas urbanas a partir de nossas memórias, enfatizando a relevância de continuar este embate. Mas também é necessário *esperançar*.

Sem um mínimo de esperança não podemos sequer começar o embate mas, sem o embate, a esperança, como necessidade ontológica, se desarvora, se desendereça e se torna desesperança que, às vezes, se alonga em trágico desespero. Daí a precisão de uma certa importância em nossa existência, individual e social, que não devemos experimentá-la de forma errada, deixando que ela resvale para a desesperança e o desespero. Desesperança e desespero, consequência e razão de ser da inação ou do imobilismo (FREIRE, 1992, p.5).

Ainda que possa parecer o contrário, em virtude de toda a estrutura discursiva que se materializa no espaço urbano público, e que não escapa aos moldes do sistema patriarcal, as mulheres de Juiz de Fora têm tido papéis relevantes e transformadores e merecem que suas narrativas sejam reconhecidas tanto quanto as homenagens ampliadas. Em Juiz de Fora, este embate, que se preocupa em destacar o relevante papel social de corpos femininos invisibilizados, somou-se à esperança, fazendo nascer a Medalha Rosa Cabinda.

DE HENRIQUE HALFELD À ROSA CABINDA

A fundação da cidade de Juiz de Fora é atribuída a Henrique Halfeld, um engenheiro alemão que dá nome à Rua Halfeld, importante via da cidade. Parte da rua Halfeld é dedicada, hoje, à circulação dos pedestres celebrando o primeiro calçadão da cidade. Seus familiares e decentes são também homenageados em outros locais, como é o caso de Francisco Halfeld, filho de Henrique e Dorotéia,

que dá nome ao principal parque da cidade, o Parque Halfeld, localizado na área central às margens da Avenida Barão do Rio Branco. Henrique Halfeld ainda é homenageado com um busto, tombado pelo município, e colocado em posição de destaque no parque. Ele também é lembrado em solenidade que comemora o aniversário da cidade e que entrega a cidadãos e cidadãs a honraria que leva seu nome, a medalha do *Mérito Comendador Henrique Halfeld*. Sobre a homenagem, a Prefeitura de Juiz de Fora destaca:

Instituído em 1973, através da Lei 4.496, o Mérito Comendador Henrique Halfeld tem como finalidade distinguir o cidadão que se notabilizar nos mais diversos campos da atividade humana por relevantes e comprovados serviços prestados à coletividade de Juiz de Fora. Nestas três décadas em que vem sendo entregue, a Medalha simboliza o reconhecimento de Juiz de Fora a pessoas que se destacaram na defesa dos interesses culturais, sociais, econômicos, políticos e humanitários da cidade. Sempre com critério e ouvindo os integrantes do Conselho do Mérito, a quem compete fixar as diretrizes para a concessão da Medalha, a Prefeitura de Juiz de Fora homenageia, na data de aniversário da cidade, os agraciados por sua atuação em benefício da comunidade (PREFEITURA..., 2021).

Em geral, a biografia do engenheiro alemão é sempre atrelada a sua importância para o desenvolvimento urbanístico de Juiz de Fora, sendo considerado "*principal fundador da cidade, locando as suas primeiras vias públicas e organizando a comunidade*" (FUNALFA, 2004). O que pouco se destaca de sua conhecida história é o fato de que Halfeld foi proprietário de escravos, dentre eles Rosa Cabinda, "*a primeira mulher escravizada da cidade a acionar a Justiça na luta por seus direitos*" (FUNALFA, 2021). Com a Lei Rio Branco, de 1871, os escravos ganharam o direito de comprarem suas próprias alforrias, porém esse direito foi negado à Rosa por Halfeld, o qual alegou ser o valor ofertado inferior ao desejável. Cabinda, que estava com 44 anos, não desistiu e recorreu à justiça, conseguindo sua liberdade enfim (UNIVERSIDADE..., 2019).

A trajetória de Cabinda, embora pouco reconhecida, foi recentemente evidenciada a partir de uma ação organizada por coletivos feministas de Juiz de Fora que, juntos, criaram a Medalha Rosa Cabinda, em 2018. A escolha simbólica de Rosa é, certamente, um enfrentamento e uma reparação da história juizforana que deu a Halfeld sempre notoriedade como importante engenheiro, mas que nunca mencionava seu papel como proprietário de escravos e, menos ainda, sua resistência em alforriar Cabinda. Nesse caso, ainda, reforça-se a ideia de que a história tal como é contada, negligencia fatos relevantes e invisibiliza a trajetória de Rosa, mulher, escrava e preta, que além de não se enquadrar na ordem simbólica estabelecida, se colocou como resistência ao sistema e o enfrentou. Como um feito de valorização e de reparação, além de homenagear Cabinda e de exaltar sua conquista, as organizadoras da premiação se preocupam em reconhecer e valorizar mulheres com papéis sociais relevantes, que contribuem de forma significativa com a população da cidade, mas que não se inserem nos grupos sociais privilegiados pela interseção dos marcadores que definem eixos de poder e que, assim, definem também a referência simbólica que, segundo esta mesma lógica, *deveria* ser reconhecida. Desse modo, ainda que relevantes para suas comunidades, a lógica simbólica dominante

difícilmente as reconheceria, e suas trajetórias seriam, como uma constante que precisa ser rompida, ocultadas pelo sistema hegemônico. A criação da medalha traz à tona, portanto, reflexões e questionamentos necessários aos processos de apagamento e de invisibilidade de diversos grupos sociais, pondo em cheque a história conhecida e nos propondo outros olhares. É necessário que os grupos sociais excluídos da ordem dominante se organizem para construir suas próprias ferramentas de valorização e reconhecimento, garantindo a representatividade e a construção de referências culturais e identidades plurais que possam contar a história tal como ela é: complexa e diversa na apresentação de seus protagonistas.

A liberdade conquistada por Rosa no passado, ecoa no presente. Desde 2018, durante a cerimônia de entrega da honraria, que a câmara municipal de Juiz de Fora tem sido ocupada por corpos femininos que, apesar de tudo, persistem em suas lutas cotidianas e fazem a diferença. Na esperança de que tenhamos, em breve, um espaço público que possa ser chamado Rosa Cabinda, materializando na cidade, definitivamente, sua trajetória, seguimos enaltecendo o legado que ela ainda constrói, oferecendo a medalha a outras tantas mulheres para que não tenham suas memórias ocultadas. E que este reconhecimento leve, cada vez mais, a representatividade feminina para a cidade, tratando as mulheres como protagonistas de suas vidas e protagonistas na história e na cidade. Que a libertação de Rosa liberte a todas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de identificarmos nos espaços das cidades objetos e símbolos que representam narrativas e memórias plurais, reconhecendo as trajetórias de pessoas que foram invisibilizadas, ressaltando suas contribuições para a construção social das cidades, vai além da necessária reparação histórica que hoje se coloca como imprescindível. Nessas estruturas narrativas contidas nas cidades, seja no nome da rua, na presença do monumento, na preservação do edifício ou no registro de uma referência cultural, as relações de pertencimento se fazem possíveis. Ao nos sentirmos parte da cidade, nos apropriamos dela, e assim a participação social se realiza.

O território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico. A linguagem regional faz parte desse mundo de símbolos, e ajuda a criar esse amálgama, sem o qual não se pode falar de territorialidade. Esta não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos (SANTOS, 2007, p. 82).

Pode-se afirmar que é em um ciclo contínuo, em que o sentimento de pertencimento é frequentemente reforçado pelo reconhecimento e pela proteção de nossas identidades sociais, que a participação social se faz cada vez mais plena. *“Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação”* (SANTOS, 2007, p. 81).

Há muitos passos a serem dados, para que possamos realizar um planejamento urbano que considere a perspectiva de gênero e que esteja finalmente atrelado a práticas urbanísticas feministas. A representatividade feminina, especialmente na esfera política, é essencial. O espaço político, “a máxima representação do poder visível” (MONTANER, MUXÍ, 2021), é notoriamente marcado pela exclusão de corpos femininos, promovida pelo sistema patriarcal. Os marcadores sociais que definem eixos de poder e de opressão se reproduzem não apenas no espaço urbano, mas especialmente nas esferas do poder público, o qual exerce sobre o espaço das cidades forte influência. Os espaços da política e os espaços da cidade se articulam em uma dialética que impacta a gestão e o planejamento urbano. De modo que a representatividade feminina na política é essencial. Neste sentido, para Juiz de Fora, as eleições municipais de 2020 fortalecem a esperança ao trazerem para o executivo, pela primeira vez, uma prefeita mulher que cumpriu, também, a promessa de campanha de garantir um secretariado com divisão igualitária de cargos entre homens e mulheres; elegeu-se, ainda, para o legislativo quatro vereadoras, o dobro da legislatura anterior em que as mulheres ocupavam 02 cadeiras das 23 disponíveis.

Nesta nova geração de mulheres políticas predomina a empatia em relação às pessoas e seus problemas, com uma maior capacidade para entender e se relacionar com a realidade; a vontade de fazer a cidade a partir da ua, a intenção de colocar a vida cotidiana no centro da política e um menor grau de personalismo e competitividade, que leva a posições de mais diálogo e a uma maior capacidade de aceitar dúvidas e erros, demonstrando que a busca da verdade e a equidade são valores e lutas constantes (id., p.57)

Estando, portanto, esses espaços articulados - política e cidade - é importante que possamos vivenciar diversas experiências de representatividade para que o engajamento dos corpos políticos que ocupam as instituições de máxima instância afete a sociedade e estimule a consciência da participação popular, permitindo que todos e todas também se reconheçam como corpos políticos. A memória urbana precisa ser instrumento e ferramenta deste processo. O urbanismo feminista e o planejamento urbano a partir de uma perspectiva de gênero se realizam essencialmente nos e com os processos participativos (MUXI, 2011).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. CHAGAS, Mario (orgs.). Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

AGREST, Diana. À margem da arquitetura: corpo, lógica e sexo. 1988. In.: NESBIT, Kate (org). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, 2ª edição, rev. 2008.

ARANTES, Otília. VAINER, MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Petropolis, RJ: Vozes, 2013.

BRITO, Sabrina. Derrubada de estátuas: vandalismo ou reparação histórica? **Revista Veja**, 09 de junho de 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/derrubada-de-estatuas-vandalismo-ou-reparacao-historica/>. Acesso em: 19 nov de 2021.

COUTO, Camille. DURAN, Pedro. Polícia do RJ investiga queima de estátua centenária de Pedro Álvares Cabral. **CNN Brasil**, Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/policia-do-rj-investiga-queima-de-estatu-centenaria-de-pedro-alvares-cabral/>. Acesso em: 19 nov 2021.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 4a ed. São Paulo: Estação liberdade: UNESP, 2006.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Tradução de Liane Schneider. Dossiê III Conferência Mundial contra o Racismo, Rev. Estudos Feministas, v. 10, jan de 2002.

DIVERSÃO e arte: **Conheça Constança Valadares, personagem da história de Juiz de Fora**. In MGTV 1a edição. Juiz de Fora: TV Panorama/TV Integração. Exibido em 03 de junho de 2016. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/5069636/>. Acesso em 25 de novembro de 2021.

FERNÁNDEZ, Hogla. **Mujer y trabajo**. 2005. Disponível em https://web.archive.org/web/20160304131536/http://www.derechosdelamujer.org/tl_files/documentos/manuales/doc_manuales_6.pdf. Acesso em: 13 set. 2020;

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido** - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FUNALFA (org). **Ruas da Cidade**. - Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2004.

FUNALFA. **Monumentos em praça pública**. 2021. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/administracao_indireta/funalfa/patrimonio/arquivos/monumentos_praça_publica_040417.pdf, Acesso em 20 de novembro de 2021.

HARTOG, Françoise. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. -Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **Ensaio sobre o pensamento urbanístico**. Universidade de Brasília / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / Programa de Pós-graduação, Brasília, p. 1-22, out. 1996;

LIMA, Raquel dos Santos Souza. **“Oh, que imitem a Santa Rita de Cássia!”**. As mulheres de nosso tempo: representações e práticas da devoção em Viçosa (MG). Dissertação de mestrado apresentada no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 2006.

MERCIER, Daniela. Estátua de Borba Gato, símbolo da escravidão em São Paulo, é incendiada por ativistas. **El País**, São Paulo, 24 de julho de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-24/estatua-do-borba-gato-simbolo-da-escravidao-em-sao-paulo-e-incendiada-por-ativistas.html>. Acesso em: 19 nov 2021.

MONTANER, Josep. MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e política**. Ensaios para mundos alternativos. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MONTANER, Josep. MUXÍ, Zaida. **Política e arquitetura**. Por um urbanismo do comum e ecofeminista- São Paulo: Olhares, 2021.

MUXI, Zaida et al. **¿Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo?** In.: MOZO, Maria Eliza (coord.). La arquitectura y el urbanismo con perspectiva de género. Centro de Estudios sobre la mujer, Revista Feminismos, nº 17, junho de 2011. Disponível em: <http://www.punt6.org/en/articles-and-books/>. Acesso em 28 de agosto de 2021.

NORA, Pierre. **Entre história e memória**. - Proj. História, São Paulo (v10), 1993. In.: Les lieux de mémoire. - Paris: Gallimard, 1984. Tradução: Yara Aun Khoury.

ROSÍN, Maíra. **Vias sujas de sangue**. - São Paulo: Rev. Quatro Cinco Um, Folha de São Paulo, 2021

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SENNET, Richard. **Carne e pedra**. O corpo e a cidade na civilização ocidental. - Rio de Janeiro, BestBolso, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Mulheres da UFJF são homenageadas com Medalha Rosa Cabinda**. 12 de maio de 2019. Disponível em <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/03/12/mulheres-da-ufjf-sao-homenageadas-com-medalha-rosa-cabinda/>. Acesso em 20 de novembro de 2021.